

## —NOTA AOS MÉDICOS— E À SOCIEDADE

---

### **CFM exige do Ministério da Saúde solução urgente para a grave falta de vacinas no país**

O Conselho Federal de Medicina (CFM) manifesta profunda preocupação com a alarmante falta de vacinas em grande parte dos municípios brasileiros, situação que configura uma grave falha de gestão do Ministério da Saúde. De acordo com levantamento realizado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) entre 29 de novembro e 12 de dezembro, 65,8% dos municípios enfrentam escassez de imunizantes, um aumento em relação aos 64,7% registrados em setembro. Essa negligência na compra e distribuição de vacinas compromete diretamente a saúde pública e a segurança da população.

Os dados são estarrecedores: a vacina contra a varicela está indisponível em mais da metade (52,4%) dos 2.895 municípios pesquisados. A imunização contra a Covid-19 falta em 25,4% das cidades, enquanto 18% enfrentam a ausência da DTP, que protege contra difteria, tétano e coqueluche. Outras vacinas essenciais, como a meningocócica C (12,9%), a tetraviral (11,6%) e a da febre amarela (9,7%), também estão em falta, expondo milhões de brasileiros a doenças graves e preveníveis.

O Ministério da Saúde, responsável por assegurar o fornecimento adequado de imunizantes, tem falhado de maneira inadmissível em suas atribuições. Apesar de ter afirmado, em outubro, que o problema seria resolvido até o final do ano, a situação não apenas persiste como se agravou. Alegações de dificuldades de compra e problemas logísticos não podem justificar a negligência com uma questão tão essencial.

O CFM, que em 2023 assinou o Pacto pela Consciência Vacinal, reafirma seu compromisso histórico com a promoção da imunização como estratégia fundamental para a proteção da saúde pública. Sempre defendemos a ciência e a importância das vacinas como ferramentas indispensáveis para salvar vidas e prevenir crises sanitárias de grandes proporções. A atual crise representa um retrocesso inaceitável, que põe em risco décadas de esforços exitosos no controle de doenças imunopreveníveis.

O descaso do governo federal em garantir a imunização da população não pode ser tolerado. O CFM exige que o Ministério da Saúde tome medidas imediatas e eficazes para regularizar a compra e a distribuição de vacinas, sanando os gargalos logísticos e garantindo o acesso igualitário a esses imunobiológicos em todo o território nacional. A falta de vacinas em 2024 é um marco negativo que não pode se repetir em 2025.

Vacinas salvam vidas, e é inadiável que o governo priorize a solução dessa grave falha. O CFM estará vigilante para que medidas concretas sejam adotadas e para que o direito à saúde de toda a população seja respeitado.

*Brasília, 30 de dezembro de 2024*